

A ESCOLA PÚBLICA DO PRIMEIRO GRAU É UM SERVIÇO PÚBLICO, POR 8 SÉRIES EM 8 ANOS

Victor Vincent Valla
Universidade Federal Fluminense
Escola Nacional de Saúde Pública/
Fundação Oswaldo Cruz

A verba pública e seus dois destinos

A escola pública do primeiro grau é um serviço público. Isso significa que sua manutenção, funcionamento e reprodução têm sua origem nos impostos que a população paga. Para a grande parte da população não há escolha de pagar ou não pagar os impostos, nem formas muito sutis de driblar esse pagamento. Em primeiro lugar, porque para quem é assalariado, há um desconto do imposto no próprio contra-cheque, e em segundo lugar, porque todos os produtos adquiridos no comércio têm embutidos nos seus preços vários impostos. Esse último ponto pode parecer um tanto ambíguo no Brasil, pois as etiquetas não fazem distinção entre o preço da mercadoria (camisa, blusa, cigarro, livro, por exemplo) e os impostos, o que é uma prática rotineira nos países do Primeiro Mundo. Nesse sentido, não é sempre claro para a população que coloca seus filhos na escola pública que, com cada compra está de certa forma, financiando a educação deles.

Na realidade, todo governo eleito democraticamente recebe da população o direito de administrar um dinheiro público que é nada mais do que a soma dos impostos coletados da sociedade, lembrando que a obrigatoriedade do pagamento cai principalmente sobre os ombros da população assalariada.

Em toda sociedade, o dinheiro público tem dois destinos, o do consumo coletivo e o da infra-estrutura industrial. Embora essas duas metades sejam legítimas, a primeira é absolutamente essencial para a sobrevivência da população, e, em particular, da população trabalhadora. Normalmente, inclui-se dentro do rótulo de consumo coletivo os serviços públicos de distribuição de água, implantação de esgotos, coleta de lixo e transporte coletivo, os serviços de saúde pública e a educação básica dos primeiro e segundo graus. O fato de que esses serviços são necessários para a sobrevivência da

população tem a ver com a reprodução da sua força de trabalho, e, nesse ponto, é novamente a classe trabalhadora – os assalariados – que está em discussão¹.

Pode-se dizer que a discussão do consumo coletivo (“coletivo” porque trata de serviços que são “consumidos” coletivamente) é uma discussão que merece uma pequena abordagem histórica. O debate sobre o papel do Estado e as funções de um governo volta aos séculos XVI e XVII quando já se debruçava sobre o “Estado do bem-comum”². Mesmos assim, é possível afirmar que, em época quando o mundo não era tão urbanizado, determinados serviços, como os de coleta de lixo, implantação de esgotos e transporte coletivo, não eram essenciais para a sobrevivência da população. Mas, foi com a intensa industrialização e urbanização das grandes cidades no mundo que se modificou o peso da importância desses serviços com relação à reprodução da força de trabalho da população trabalhadora. Essa transformação tem sua origem no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e foi no período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra (1945) que se assistiu às mudanças mais bruscas, principalmente nos países da América Latina. É por essas razões que práticas como a coleta do imposto de renda e a implantação das políticas públicas ganharam um impulso nesse período.

Nesse sentido, pode-se dizer que os serviços básicos ou públicos têm uma relação estreita com as políticas públicas, pois sem o investimento dos governos nesses serviços, a sobrevivência da população trabalhadora seria comprometida. É possível dizer, aliás, que mesmo com as políticas públicas e os serviços públicos, freqüentemente a sobrevivência da população continua sendo ameaçada em consequência do parco investimento exagerado na infra-estrutura industrial.³

Basta dizer, por exemplo, que o preço, o conforto e a rapidez do transporte coletivo de uma cidade grande determinam, em grande parte, o número de horas de sono do trabalhador. A distribuição, abundância e pureza da água que chega às residências da população determinam em grande parte sua disposição para o trabalho e o estado de sua saúde. As grandes distâncias percorridas pela população trabalhadora em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo fazem com que alguns sindicatos hoje avaliem que a conquista de oito horas de trabalho por dia já não existe na realidade, já que o salário ganho representa uma jornada de até 12 a 13 horas diárias.

¹ Victor V. Valla e Eduardo N. Stotz, Participação popular e saúde, *Série Saúde e Educação I*, 2ªed., Centro da Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis e Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina, Petrópolis, 1991.

² Martin Carnoy, *Estado e teoria política*, Campinas, Papiurus, 1986, cap.I.

³ Valla e Stotz, op. cit.

O uso do dinheiro público para viabilizar a infra-estrutura industrial é o segundo destino dos impostos coletados pelos governos. E justamente por ser um destino legítimo do uso dos impostos que essa meta é também mais ambígua do que necessárias como ferrovias, rodovias, barragens, usinas e pontes, por exemplo, a escolha de quais dessas obras são essenciais para uma sociedade é onde reside a ambigüidade.⁴

A inserção do Brasil dentro do campo do capitalismo internacional tem em grande parte determinado muito das obras de infra-estrutura industrial implantadas no País. Não devem ser desprezadas, no entanto, as pressões dos *lobbies* do capitalismo nacional, freqüentemente em conluio com os do capitalismo internacional, na disputa pelo dinheiro público brasileiro. Mas, o que de mais importante deve ser dito nesse ponto é que a disponibilidade da verba pública para o consumo coletivo é em grande parte determinada pelos gastos da mesma verba na área da infra-estrutura industrial. Nesse sentido, ninguém poderia discordar sobre a importância do transporte ferroviário num país como o Brasil. Essa discussão, aliás, era um debate de peso nas décadas de 1940 e 1950 diante da proposta de implantar as fábricas de automóveis na região do Grande ABC no Estado de São Paulo. Mas o que significa para o bolso do contribuinte a construção da ferrovia Norte-Sul no Nordeste brasileiro hoje? É óbvio que as barragens são uma fonte de energia para um país como o Brasil com seus muitos rios. Mas que significa o plano de contribuir mais de 200 barragens nos próximos 15 a 20 anos? Cada grande obra, seja o projeto Carajás, a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, a te a construção da Linha Vermelha no Rio de Janeiro, significa uma escolha de um determinado projeto e o investimento de uma determinada quantia do dinheiro público. O pagamento da dívida externa (já paga, aliás, várias vezes) é, de certa forma, um exemplo clássico do investimento dos governos na infra-estrutura industrial, já que grande parte da dívida foi contraída durante os anos do regime militar para a implantação de grandes obras.⁵

Os muitos anos de beber uma água nem sempre confiável, de testemunhar uma coleta de lixo pela metade e de ver as crianças entupidas em salas de aulas por turnos de pouco mais de três horas podem ter o efeito de levar o brasileiro a pensar que as diferenças desses serviços com os do Primeiro Mundo são uma questão de cultura e tradição. Esse tipo de argumento pode escamotear essa profunda contradição ente os

⁴ Id., ib

⁵ Paulo R. Schilling e Aloizio Mercadante Oliva, A dívida externa é ilegítima e já foi paga várias vezes, *Revista de Cultura Vozes 1*, ano 83, Janeiro/Fevereiro 1989, pp. 114-120.

gastos da verba pública com relação aos destinos do consumo coletivo e a infraestrutura industrial.

A conjuntura neo-liberal e a nova ordem mundial

A vitória de um candidato “neo-liberal” em 1989 teve o efeito de agravar essa contradição. Participante do pensamento de que os gastos nas áreas sociais vêm agravando a situação econômica do país, o governo Collor de Melo vem propondo a “retirada” do governo federal da obrigação de investir em serviços como educação e saúde, e, assim passando as responsabilidades para os estados e municípios. A política de “descentralização” e “municipalização” dos serviços não contempla, no entanto, um repasse automático da verba pública necessário para esses serviços. Depois de anos de gastar o dinheiro público nas obras que resultaram na dívida externa, o governo federal passa agora a querer “cortar as gorduras” e “enxugar a máquina”. Mas o que significa “cortar as gorduras” num país onde a sonegação dos impostos por parte de grandes indústrias representa uma coleta menor do dinheiro público? Que significa “enxugar a máquina” num país onde, mesmo nas grandes cidades, a distribuição da água potável não seja contínua, dessa forma ameaçando até a qualidade da própria água tratada?⁶

Diante do quadro socioeconômico da população trabalhadora, não seria mais frutífero garantir para os alunos mais tempo na sala de aula com turmas menores, dessa forma compensando os problemas socioeconômicos com mais atenção individualizada? Tais escolhas, no entanto, implicariam um aumento do número de funcionários públicos, não somente quantitativamente, mas também na sua formação qualitativa, tanto quanto no seu nível salarial. Mais professores de qualidade por turmas menores significa também a construção de mais escolas, com salas de aulas espaçosas e confortáveis e com terrenos grandes onde as crianças possam brincar de uma forma que freqüentemente não seja possível nos seus próprios bairros. De uma forma rigorosa, poder-se-ia dizer que, para cada bairro que não recebe água 24 horas por dia, seria necessário um funcionário para averiguar a qualidade d’água chegando nas residências. Que dizer então da questão de segurança nas grandes cidades e dos salários dos policiais?

⁶ Dá p’ra ser feliz, cidadão?, *Se liga no SINAL 2*, ano 1, Sistema de Informação a Nível Local, Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina, Rio de Janeiro, 1991, p.7.

O que a “nova ordem mundial” traz como proposta e o que os seus representantes propõem na América Latina (Salinas no México, Fujimori no Peru, Menen na Argentina e Collor de Melo no Brasil, para citar alguns exemplos) é a “primeiromundialização” da população do planeta, mas de acordo com as leis do mercado. A “entrada” do Brasil no Primeiro Mundo pode significar a construção de uma “Bélgica” para uns 40 milhões de brasileiros, deixando os outros 110 milhões num terceiro ou quarto mundo.

Quando se fala “Primeiro Mundo” não necessariamente se refere a um lugar geográfico. Embora o termo refira-se às sociedades tais como as dos Estados Unidos, do Canadá, dos países da Europa Ocidental e do Japão, pode-se incluir, também, bairros da alta classe média em países do Terceiro Mundo, como os de Morumbi em São Paulo e os de Barra da Tijuca e Ipanema no Rio de Janeiro. As ruas são mais limpas porque a coleta de lixo é mais completa – o termo “difícil acesso” não sendo um obstáculo para uma limpeza permanente. A água potável é universal e abundante e pontual enquanto há uma segurança pública mais contínua e ostensiva. Os parques e as praças de esporte são muitos e gratuitos, ou seja, mantidos com o dinheiro público. A escola pública, seja do primeiro, segundo ou terceiro graus, é quase sempre de melhor qualidade do que a particular, com terrenos espaçosos, prédios com instalações confortáveis, com turnos do primeiro e segundo graus de aproximadamente sete horas e os professores trabalhando numa escola só. O salário de um professor norte-americano de primeiro grau é de aproximadamente US\$ 3000.00 (fevereiro de 1992) por mês.

Os serviços públicos e a questão da cidadania

Na realidade o que está em discussão é o conceito de cidadania. Esse termo tem sua origem basicamente nos países do Primeiro Mundo, onde a garantia dos direitos do cidadão pelas constituições desses países coincide com a existência de um consumo coletivo de qualidade e de fato. Cabe, então, por parte dos cidadãos mais conscientes uma vigilância da qualidade dos serviços, sejam de água potável ou das escolas de primeiro grau, por exemplo, mas não de sua existência ou não.⁷

Nem todos têm acesso igual ao dinheiro público, embora todos sejam obrigados a contribuir com seus impostos para que este exista. A democracia liberal apresenta a

⁷ Victor V. Valla e Sandra A. V. Siqueira, Centro municipal de saúde e participação popular, in Nilson do Rosário Costa *et al.* (org.), *Demandas populares, políticas públicas e saúde*, Petrópolis, Vozes/ABRSCO, 1989, vol. I, pp. 91-116.

proposta de que os direitos “individuais” de cada cidadão sejam respeitados. Mas essa proposta somente teria sentido se todos os cidadãos num país como o Brasil, por exemplo, tivessem acesso pleno aos serviços básicos. Como garantir o “direito individual de ir e vir”, por exemplo, se o transporte coletivo (direito social) ou não existe (obrigando a longas caminhadas), ou é caro e precário, com horários irregulares, poucos ônibus e trens etc? o dinheiro que os governos gastam com o consumo coletivo está longe de ser suficiente para proporcionar a toda a população brasileira tudo o que a Constituição prevê, dessa forma prejudicando o exercício dos direitos individuais.⁸

A discussão da cidadania no Brasil é problemática, porque a idéia que tem sido divulgada é a de uma cidadania do primeiro Mundo. Mas uma grande parte da população brasileira não pode vigiar o governo, porque não há o que vigiar; a população, sem acesso aos serviços básicos, tem é que pressionar as autoridades para realizarem essas obras com o dinheiro dos impostos.

O que a população reivindica quando exige os serviços básicos é a sua sobrevivência, pois, não havendo esses serviços, muitos correm o risco de morrer.

É possível afirmar que uma forma de caracterizar a cidadania na América Latina seria a de relacioná-la com o conceito de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o grau de cidadania de uma população varia de acordo com sua capacidade de garantir maior ou menor qualidade na reprodução da sua força de trabalho.⁹

Um dos obstáculos a superar para que os governos gastem mais com os serviços públicos é a ilusão socializada no Brasil de que se faz o possível e que não há mais dinheiro disponível para ser investido no consumo coletivo. Exemplos desse tipo de imagem são as autoridades afirmando que a folha dos funcionários públicos de uma prefeitura ou dos professores do primeiro grau consomem uma grande parte dos orçamentos. É até possível que os orçamentos sejam pequenos, mas porque freqüentemente a coleta dos impostos é muito inferior ao que poderia ser. Uma terceira explicação passa pela forma através da qual o orçamento municipal é distribuído e em que áreas as prioridades estão estabelecidas. Exemplos atuais de prefeituras como a de São Paulo (SP) e Angra dos Reis (RJ) demonstram uma coleta de impostos que permite pagar aos profissionais de saúde e educação os salários mais altos no País. O exemplo de Angra do Reis talvez seja o mais ilustrativo, pois embora o município se situe em

⁸ Valla e Stotz, op. cit.

⁹ Victor V. Valla e Maria Alice P. de Carvalho, Estado e saúde – O que fazer?, *Série Saúde e Educação 3*, CDDH e CEPEL, Petrópolis. (no prelo)

termos populacionais depois de uma dezena de outros municípios no estado do Rio de Janeiro, seu orçamento para o ano de 1991 figurava entre os quatro primeiros do estado, pois seu governo municipal coleta hoje impostos que no passado nenhuma outra prefeitura coletava.¹⁰

Mesmo quando se compara o Brasil com outros países latino-americanos de regime capitalista, as diferenças são surpreendentes. Em Costa Rica, onde a mortalidade infantil indica uma taxa de aproximadamente 400 mil por ano, os gastos sociais do orçamento central em saúde e educação correspondem a 19,3% e 16,2%, respectivamente enquanto no Brasil, os mesmos gastos correspondem a 9,5% na área da saúde e 4,8% na área da educação, com uma taxa de mortalidade infantil de 1 milhão e 300 mil por ano.¹¹

A capacitação técnica como antídoto para a interiorização do fracasso e a culpabilização da vítima

A possibilidade de se modificar substancialmente a direção dos gastos públicos passa essencialmente pela organização e mobilização da sociedade civil brasileira, e, em particular, por seus setores mais populares (sindicatos, associações profissionais, associação de moradores, partidos políticos progressistas). De um lado passa pela eleição de vereadores, deputados estaduais e federais progressistas, e, até o Presidente da República. Mas a experiência já demonstra que o preenchimento de cargos públicos por personalidades progressistas é pouco numa sociedade que sofre pressões no nível nacional e internacional como o Brasil sofre. O outro lado da questão é o da garantia da posse e permanência das mudanças. E nesse sentido a vontade política é importante, mas insuficiente. Essencial na conquista popular dos serviços básicos universais e de qualidade é a capacitação técnica da sociedade de caráter popular. Nesse sentido, é possível afirmar que a formação política é essencial, mas que a capacitação nas questões técnicas é também primordial para uma população que habita um País possuidor de indústrias e telecomunicações tão sofisticadas.

Nesse ponto reside a importância de um caderno dessa natureza sobre os filhos das classes populares e a problemática da aprendizagem. Pois justamente nos campo de educação e saúde é onde a sociedade civil e os movimentos populares enfrentam os

¹⁰ Entrevista com secretários da Prefeitura de Angra dos Reis, janeiro 1992.

¹¹ G.A.D. Soares e S.S.D. Soares, Comparando os mortos: a guerra do Golfo e a “guerra do Brasil”, in *Proposta. Experiências em educação popular, FASE 49*, Rio de Janeiro, 1991, p.33.

maiores problemas. De certa forma há uma maior compreensão das questões técnicas implícitas nos serviços tais como a distribuição d'água, a implantação dos esgotos, a coleta do lixo e o transporte coletivo. Talvez por serem esses serviços mantidos por funcionários que aproximam muito mais o nível de escolaridade da população trabalhadora e possivelmente porque muitas das atividades desenvolvidas nesses serviços (como bombeiro e pedreiro, por exemplo) sejam justamente as que grandes parcelas da população desenvolvem. Os serviços de saúde e educação, no entanto, representam, por excelência, os do saber acadêmico, e, nesse sentido, do poder.

Talvez seja possível afirmar que a questão do “fracasso escolar” é simbólica das relações entre as classes populares e os setores dominantes da sociedade brasileira. A interiorização do “fracasso” e da “incapacidade” de apropriar um determinado saber tem o efeito de influenciar a relação da população brasileira com os outros serviços básicos. Quando se fala da democratização do acesso aos serviços, está se pressupondo a desigualdade entre os participantes. É por essa razão que se propõe a democracia.

Numa investigação realizada no Rio de Janeiro, foi possível constatar que, no tocante à relação da população trabalhadora com os serviços básicos, uma determinada imagem da população trabalhadora é permanentemente construída, isto é, a precariedade dos serviços públicos para essas parcelas da sociedade tem sua justificativa a partir de uma linguagem da “culpabilização da vítima”.¹² A imagem construída corresponde à individualização da culpa como explicação de uma prática coletiva. Trata-se de acusar os pais de não motivar seus filhos nos estudos para explicar um índice de “fracasso escolar”, mas trata-se também de acusar o operário acidentado de não ter prestado atenção ou o pai do filho desidratado de não oferecer os cuidados necessários à criança.

Freqüentemente a culpabilização ganha contornos mais sofisticados, quando, por exemplo, se supervalorizam os problemas socioeconômicos da população, justificando assim os serviços precários. Se, de um lado, se procura explicar o mal funcionamento dos serviços por esse prisma, de outro, cabe perguntar então para que servem esses serviços. Exemplos dessa forma de raciocínio incluem o de explicar a repetência na escola pela falta de condições de estudo do aluno morador que reside ao lado da vala aberta. Na pesquisa referida, uma deputada federal acusou os moradores de favelas de ser uma das causas principais das enchentes, em virtude da escolha de onde construir os seus barracos.¹³ Enfim, a inoperância, ausência ou irresponsabilidade social das

¹² Victor V. Valla e Eduardo N. Stotz *et al.*, *Educação, saúde e cidadania*, relatório final apresentado à financiadora FINEP do projeto Educação, Saúde e Cidadania, ENSP/FIOCRUZ, 1988.

¹³ *Id.*, *ib.*

instituições públicas (que resultam em acidentes de trabalho, doenças infecto-contagiosas, enchentes, fracasso escolar, entre outras ocorrências, acabam sendo justificadas pelo local de moradia, baixo salário e nível de escolaridade da população.

Uma das justificativas para a culpabilidade das vítimas é a desqualificação do saber popular. Assim, o monopólio do saber técnico, seja do médico, do professor ou de outro tipo de profissional, secundariza o saber acumulado da população trabalhadora quando lança mão da escolaridade formal como parâmetro de competência. Mas a “desqualificação” da classe trabalhadora também passa pela construção de uma imagem do “bruto”, do “carente”, do “nulo”, afirmando, enfim, que “a família pobre é igual a doenças”¹⁴. Essa imagem do trabalhador, de um lado, tem o resultado de apagar as diversidades do interior da própria classe; de outro, procura infantilizar os mesmos trabalhadores, chamando-os de mentirosos quando alegam problemas de saúde, e de “bagunceiros” quando demonstram desinteresse na sala de aula.

Embora a interiorização do “fracasso” seja na última instância uma questão com sérias repercussões para a postura das classes populares com relação à vida política, há uma discussão técnica embutida nessa problemática política mais ampla. Qualquer que seja o serviço básico, essa discussão técnica tem seu desenvolvimento próprio. Se, por exemplo, o serviço for o transporte coletivo, a discussão poderia se desenvolver na direção de tipos de transportes coletivos, número de veículos/habitantes, número de passageiros/veículo, salário dos funcionários, preços de passagens, horários, quilômetros percorridos/veículo etc.

A capacitação técnica e os problemas de aprendizagem

Há também uma discussão técnica que acompanha a questão da escola pública do primeiro grau, principalmente no tocante aos problemas de aprendizagem. Um dos pontos é a adoção do termo “usuário” com relação aos alunos e seus pais. É sintomático que o termo “usuário” seja utilizado para serviços tais como água, esgoto, transporte, mas quando se trata da escola pública se emprega o termo “aluno”. Tal prática pode estar contribuindo para que a escola pública não seja vista pelas classes populares como um “serviço”, mas como algo a ser conquistado a partir do esforço do aluno. Os pais são usuários uma vez que seus impostos são descontados para financiar o funcionamento da

¹⁴ Victor V. Valla e Eliane Hollanda, Fracasso escolar, saúde e cidadania, in Costa, op. cit., vol. II, pp. 103-144.

escola pública. Embora a relação entre os “usuários” (pais e filhos) e os servidores públicos (professores) não seja igual à do passageiro com o cobrador e motorista, mesmo assim, parece importante destacar que todo o serviço público pressupõe que o primeiro esforço seja do servidor e não do usuário. Assim, falta de atenção e desinteresse podem significar que o servidor (professor) não seja bem preparado para “prestar” o serviço, e culpar o usuário (aluno) por não cooperar pode ser uma forma de escamotear esse problema.

Pode-se imaginar um hipotético cidadão, quando percebe que não sai água da torneira da pia da cozinha, que liga para a companhia municipal de água e esgoto para registrar a sua reclamação. E se o funcionário responder que a culpa está com o usuário, pois não está manuseando corretamente a torneira? Embora o exemplo beire o absurdo, tal relação freqüentemente existe na sala de aula quando o professor aponta o desinteresse, a “bagunça” ou a falta de atenção como sendo causas do “fracasso”¹⁵. Como se espera que a água corra nas residências 24 horas por dia, e não 10, 12 ou 13 horas, também é de se esperar que o primeiro grau se efetue em 8 anos, e não em 9, 10 ou 12 anos.

A forma genérica com que se trata o termo “desnutrição” é um outro ponto que faz parte dessa discussão técnica. A divisão do termo em categorias específicas é um bom exemplo de como um assunto com largas implicações políticas deve ser enfrentado com a capacitação técnica. Os textos deste caderno tanto quanto os outros produzidos pelos autores demonstram a importância de se aprofundar esse assunto não somente com os professores mas também com os pais de alunos e com a sociedade civil em geral.¹⁶

Outro ponto é o da contradição entre a eficiência e a eficácia dos serviços. Contradição, porque o serviço público de educação propõe uma eficiência baseada em número de salas/alunos, número de horas de ensino, enquanto os pais esperam um primeiro grau que dure apenas oito anos com um produto de determinadas habilidades adquiridas. Esse dilema assemelha-se ao da saúde pública, em que se propõem tantos funcionários/horas do dia/pacientes, de um lado, e do outro está a população com a expectativa de resolubilidade dos seus problemas de saúde. Certamente, tal contradição não se resolve com facilidade, mas, se não se aprofundar a discussão técnica, problemas

¹⁵ Id., ib.

¹⁶ Ver, por exemplo, Fracasso escolar – Uma questão médica?, *Caderno Cedes 15*, São Paulo, Cortez/Cedes, 1986; e Flávio Luís S. Valente (org.), *Fome e desnutrição. Determinantes sociais*, São Paulo, Cortez, 1986.

sérios podem ocorrer em nome da eficiência e da eficácia. Toda a problemática levantada sobre distúrbios oriundos de problemas de parto, “desnutrição” e a pobreza em geral e que são vistos como causadores de problemas de aprendizagem freqüentemente têm seu desfecho num centro municipal de saúde e com a aplicação de um eletroencefalograma ou outro teste semelhante. Se não se aprofundarem as contradições de tais práticas, os pais dos alunos podem entender que um centro que aplica 15 eletroencefalogramas por dia, por exemplo, é mais eficiente e eficaz do que se recusa a desempenhar tal tipo de tratamento.

Tal é a confusão entre os professores, pais e os próprios alunos sobre a questão de repetência, desempenho escolar e problemas de aprendizagem que se corre o risco de consolidar uma imagem sutil e ao mesmo tempo perniciosa: a de se confundir os problemas de aprendizagem e repetência com a própria “capacidade de aprender”. Dessa forma chega-se à conclusão equivocada de que o constante “fracasso” das classes populares na escola pública é na realidade uma “constatação” da sua incapacidade de aprender, de desenvolver adequadamente as atividades intelectuais. Basta lembrar as eleições presidenciais de 1989 para averiguar como tal concepção é arraigada na sociedade brasileira.

Na realidade essa “confusão” trata de uma simplificação do problema da escola pública e das dificuldades de aprendizagem. O direcionamento da questão para a área de saúde – a medicalização do fracasso escolar – é “uma resposta que atende a uma demanda da própria sociedade e é exatamente por isso e por seu caráter simplificador que se difunde tão rapidamente”.¹⁷

Na mesma investigação referida acima os resultados apontaram para o serviço de saúde como uma das soluções principais para a questão do “fracasso escolar”. Às vezes esse tipo de “solução” é apontado claramente, outras vezes está implícito. De qualquer forma, os resultados apontam para problemas que devem ser resolvidos, ou com tratamento psicológico, ou com cuidados médicos. O centro municipal de saúde, isto é, o posto de saúde, isto é, o posto de saúde, é visto como um grande “guarda-chuva”, onde muitos dos problemas poderiam ser resolvidos. Esse ponto merece mais atenção, pois aponta para o espaço em que os problemas de aprendizagem são solucionados. Uma vez que a escola não consegue resolver um problema do aluno, a única outra alternativa é o posto de saúde¹⁸.

¹⁷ Cecília Azevedo Lima Collares e Mara Aparecida Affonso Moysés, Educação ou saúde? Educação x saúde? Educação e saúde!, *Caderno Cedes 15*, op. cit., pp. 7-16.

¹⁸ Valla e Hollanda, op. cit.

Na mesma investigação, quando se apontaram os alunos e os pais como os principais responsáveis pelo “fracasso escolar”, ou quando se indicam suas condições de vida ou as próprias condições de trabalho dos professores como a causa principal do mau desempenho na escola, cria-se um “beco sem saída”. O que se quer dizer com o “beco sem saída”? Que não há solução possível para a maioria das explicações dadas pelo fracasso escolar. No entanto, se os alunos deixarem de quebrar os vidros da janela e de brigar na sala de aula, haverá garantia de que vão começar a aprender? Pode inclusive ser que estejam fazendo porque não estão aprendendo. De que adianta dizer que os pais estão sendo violentos com os filhos em casa, ou que os “alunos fracos” são filhos de pais separados, se não é função da escola “juntar” os pais novamente ou “vigiar” as casa para que os pais não batam nos filhos? Esperar até que tudo isso seja resolvido é esperar por muito tempo que a questão do “fracasso escolar” seja resolvida. Se a mãe apanhou quando estava grávida, ou se um aluno não teve uma alimentação suficiente quando era pequeno, não nos é possível construir uma “máquina do tempo”, colocar a criança e a mãe dentro, e voltar oito ou nove anos para começar tudo de novo. Se realmente se aceitam essas explicações do fracasso escolar, possivelmente vai ter-se que construir tantos postos de saúde quanto escolas.¹⁹

A própria confusão levantada pela questão da medicalização dos problemas de aprendizagem cria, por sua vez, outras dificuldades. Trata-se do uso indiscriminado de um termo como a “saúde escolar”. Na realidade, o termo “saúde escolar” deveria ser “saúde para a criança em idade escolar”, pois sabe-se que uma parcela razoável das crianças em idade escolar não se encontra na escola, porque já estiveram na escola numa época e foram excluídas pelo processo da “culpabilização da vítima”, ou porque nunca tiveram a oportunidade de estudar por ter de trabalhar desde idade tenra.

Os problemas de saúde que uma criança tem na escola são os mesmos que toda a faixa etária tem, sendo “escolares” ou não. Assim, problemas de visão e audição não se aplicam apenas a quem não consegue ouvir os professores ou ver o quadro negro, mas também às crianças que vendem balas na rua ou carregam compras dos supermercados.²⁰

A participação da sociedade civil de caráter popular e a construção do conhecimento

¹⁹ Id., ib.

²⁰ Gerson Zanetta de Lima, Saúde escolar – Perspectivas de desenvolvimento, *Caderno Cedes 15*, op. cit., pp. 55-61.

É claro que esses pontos de uma discussão técnica são apenas alguns dos muitos possíveis. A proposta de se enumerar alguns desses pontos teve o intuito de apontar para duas formas de se combater esse quadro de ambigüidade que cerca a problemática política e técnica da aprendizagem das classes populares na escola pública.

A primeira trata da própria produção deste caderno de artigos que representa uma reflexão a partir da investigação, mas também a partir da prática, seja com alunos, seja com professores. Nesse sentido, há de buscar que o material contido neste caderno seja socializado da forma mais ampla, entre professores, supervisores e diretores das escolas públicas. Mas há de buscar também que este material alcance outras parcelas da sociedade civil de caráter popular.

Uma segunda forma de ação, no entanto, precisa ser desenvolvida também. Trata-se da construção de uma aliança entre profissionais de educação e saúde com as organizações do movimento popular. Não se trata de uma construção genérica de “todos juntos, venceremos”, mas sim de uma aliança de alguns profissionais e setores do movimento popular preocupados com o uso correto da verba pública nos setores de educação e saúde, e também com a fiscalização popular dos serviços. Fala-se de “alguns”, pois tal aliança pressupõe que, em determinados momentos, o profissional que é “empregado/cidadão” se torne mais “cidadão” do que “empregado”, principalmente em face de governos estaduais ou municipais que não compartilham da política de alianças e de fiscalização.

Na investigação referida, anteriormente, percebeu-se em algumas entrevistas uma certa resistência de profissionais a serem avaliados pelos pais ou pela comunidade. Disseram que não haveria preparo para essa avaliação.

Porque os pais são cidadãos e pagam seus impostos têm direito de fiscalizar e avaliar os serviços públicos oferecidos pelo Estado. Não é uma questão de competência ou de escolaridade, mas de direito. Cabe à escola e ao centro de saúde, como instituições públicas, abrir suas portas a quem os sustenta financeiramente, incentivando, inclusive sua fiscalização e avaliação, como forma de garantir mais eficiência e mais eficácia.²¹

Fala-se dos pais como uma das partes dessa aliança, porque se entende os pais organizados como uma das formas do movimento popular. Mas fala-se dos pais também porque se entende que representam o setor mais diretamente interessado numa escola pública de oito séries em oito anos. A proposta de aliança de “alguns” pais com

²¹ Valla e Hollanda, op. cit.

“alguns” profissionais representa a posição de que a pressão da categoria dos professores é freqüentemente insuficiente para garantir as melhorias na qualidade da escola pública. Nesse sentido, os pais somados aos profissionais poderiam representar a diferença que estava faltando.

Sabe-se, no entanto, quando se fala dos pais como parte de aliança com os professores, que freqüentemente está se falando de cidadãos e trabalhadores que têm pouca escolaridade. Nesse sentido, volta-se a discussão da capacidade técnica como um dos componentes da pressão popular sobre as autoridades. Mas a capacitação técnica dos pais, se certamente envolve a participação dos professores como a outra perna da aliança, ao mesmo tempo não pressupõe a hegemonia destes na construção da aliança. O mero “repasso” do conteúdo deste caderno, por exemplo, não garante a apropriação dos conhecimentos pelos pais.

Nesse sentido, alguns profissionais de saúde, com relação à mesma problemática, mas pensando na ameaça das novas epidemias e na qualidade dos serviços de saúde em face dos poucos investimentos dos governantes, colocaram a questão da seguinte forma. Há um acúmulo de conhecimentos resultantes da pesquisa científica, de um lado; e há um acúmulo de pesquisas resultantes da experiência de vida, escolarização, lutas políticas do setores organizados da sociedade civil, do outro. É possível um repasse? Repasse de quê? É como se o profissional estivesse dizendo: daquilo que eu possuo no nível de conhecimentos científicos, que parcelas interessam aos setores que se encontram sem proteção contra as doenças que eu estudo? Mas, não seria necessário que eu soubesse como esse setores constroem seus conhecimentos para poder fazer uma seleção das informações com as quais eu trabalho? Onde seria a ponte entre o transmissor e o receptor? Aliás, há apenas transmissor e receptor em mão única, ou a mão é dupla? Se a mão é dupla, que é que os setores populares da sociedade organizada oferecem nessa relação?

Que é que se procura com essa discussão? É conhecer a realidade dessas populações para poder facilitar a transmissão, ou é possibilitar uma construção de outro conhecimento que é resultado de uma relação necessariamente desigual das duas partes?²²

Há alguns exemplos que apontam para esses questionamentos acima colocados. O primeiro é de um técnico que visita um povoado no interior do país onde a doença de

²² Victor V. Valla, A construção desigual dos conhecimentos e o controle social dos serviços de educação e saúde, Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, 1991.

Chagas é endêmica. O técnico conversa com as lideranças da comunidade e ensina a identificar o “barbeiro”. Borrifa todas as casas e pede que na próxima visita aqueles moradores que ainda encontrarem o barbeiro em suas casas o avisem. Em sucessivas visitas todos os moradores falam que há barbeiros em suas casas. Confuso e frustrado, uma noite no bar do bairro, fica sabendo por meio de uma liderança que os moradores saem e procuram barbeiros para colocar em suas casas, quando estes ficam sabendo que o técnico visitará a comunidade, dessa forma garantindo uma “detetização” completa dos barbeiros, aranhas, mosquitos e moscas.²³

Um segundo exemplo ocorre num Centro Municipal de Saúde. O técnico explica para as mães que é necessário ferver a mamadeira, o bico da mamadeira e o leite antes de os oferecer para o bebê. As mães assimilam a lição, repetem o procedimento em casa e na hora de viajar de ônibus com a criança, colocam a mamadeira esterilizada numa sacola com sapatos sujos e dinheiro.²⁴

Pode-se observar que, em cada um dos exemplos citados, não se pode negar que houve aprendizagem. Justamente porque houve o repasse, o receptor (morador, mãe, aluno universitário) aprendeu aquilo que o transmissor repassou. Mas as condições materiais de vida tanto quanto a maneira de ver a sociedade acabaram contribuindo para um resultado de aprendizagem diferente daquele esperado pelo transmissor.²⁵

A possibilidade de um primeiro grau de oito séries em oito anos para a maioria da população em idade escolar depende não somente de um professorado esclarecido em com vontade política que tal proposta ocorra, mas também da pressão da população organizada que tem filhos na escola pública. Mas essa pressão depende também do esclarecimento dos pais sobre os vários níveis de desnutrição, da ambigüidade dos exames produzidos pelo eletroencefalograma e das armadilhas da “pobreza” e dos “pais separados” para se explicar um suposto mau desempenho. A construção do conhecimento entre professores e pais com relação a esses temas é um passo fundamental na busca de uma garantia de uma escola pública universal e de qualidade. E de oito séries em oito anos.

²³ O exemplo foi oferecido pelo prof. Carlos Osani (ENSP/FIOCRUZ). Ver Valla, ib.

²⁴ O exemplo é da Dra Ana Cecília S.L. Sucupira, secretária municipal de saúde, São Paulo. Ver Valla, ib.

²⁵ Valla, ib.